

# A tecnologia e a divisão sexual do trabalho<sup>1</sup>

*Nancy Stancki Silva  
Marília Gomes de Carvalho*

---

## INTRODUÇÃO

Pretende-se refletir sobre a divisão sexual do trabalho e possíveis articulações com a tecnologia, buscando desvelar formas pelas quais essa divisão se reproduz num contexto escolar. Discute-se esse tema a partir dos resultados parciais de uma pesquisa realizada com o corpo discente dos Cursos Técnicos (nível médio) em Desenho Industrial e em Mecânica de uma Instituição de Educação Tecnológica, localizada no Paraná, durante o ano de 1999.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de natureza interpretativa, mais adequada aos propósitos da investigação, pois permitia que a pesquisadora, enquanto professora da Instituição e, portanto, parte integrante do universo pesquisado, interpretasse e atribuisse significados aos dados de sua própria realidade. Para esse estudo foram entrevistadas 19 pessoas em fase de conclusão de seus cursos, ou seja, matriculados no último período do curso: 11 de Desenho Industrial e 8 de Mecânica.

A escolha dos dois cursos supracitados para a pesquisa foi intencional, pois os mesmos proporcionavam duas amostras

---

<sup>1</sup> Este texto consiste numa reflexão dos resultados parciais da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado "Gênero, Trabalho Feminino: estudo sobre as representações de alunos(as) dos curso Técnicos em Desenho Industrial e Mecânica do CEFET-PR".

diferenciadas por gênero: o Curso Técnico em Desenho Industrial possuía corpos discente e docente majoritariamente feminino e preparava profissionais para desempenharem atividades profissionais associadas ao feminino. Por outro lado, o Curso Técnico em Mecânica possuía corpos docente e discente predominantemente masculinos e formava profissionais para atividades consideradas “masculinas”. Esses cursos representavam ainda uma das formas de separação (por área de conhecimento) de homens e mulheres na formação para o trabalho constituindo-se em etapa “preparatória” da divisão sexual do trabalho.

Este texto apresenta resultados parciais dessa pesquisa, e seu desenvolvimento inicia-se com um resgate da construção da divisão sexual no trabalho, bem como a análise de algumas das conseqüências dessa divisão para cada um dos gêneros. Procura-se apresentar elementos que contribuam na reflexão do papel da escola na manutenção da divisão sexual do trabalho, assim como a relação da tecnologia com a continuidade desse processo. Os dados procedentes das entrevistas revelaram como essa questão se processa no interior da escola, particularmente nos cursos de formação profissional.

## **A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONSTRUÇÕES DE HIERARQUIAS DE GÊNERO**

A separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam - divisão sexual do trabalho -, durante muito tempo, foi justificada com argumentos de ordem biológica que distinguia trabalho de homem e de mulher como uma conseqüência da “natureza” do masculino e do feminino. Entretanto, essa divisão, enquanto construção social, envolve relações de poder assimétricas entre os gêneros, revelando a sua “não-naturalidade”.

A emergência do conceito de gênero trouxe importante contribuição para essa discussão ao diferenciar sexo biológico da construção social do masculino e do feminino que passam a ser considerados em contextos sociais determinados nos quais relações de poder e hierarquia se fazem presentes. O masculino e o feminino construídos social, cultural e historicamente são dotados de caráter

relacional e, portanto, a compreensão de um depende do outro, ou seja, compreender o masculino exige entender o feminino assim como o entendimento do feminino depende da compreensão do masculino.

Dessa forma, como um corolário dos conceitos de feminino e masculino é possível depreender que trabalho feminino e trabalho masculino são também construções sociais nas quais se manifestam relações de poder entre os gêneros. Para Silva (1997), a distinção entre as atividades produtivas expressa não as possibilidades e capacidades naturais de quem executa o trabalho, mas sim as assimetrias existentes na relações entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho já era comum no século XIX, por exemplo, quando empregadores para preencher uma vaga descreviam as qualificações necessárias para uma atividade profissional através das características construídas e aceitas socialmente como femininas ou masculinas. A mulher tinha prioridade de contratação caso a tarefa a ser desempenhada exigisse paciência, perseverança, delicadeza e agilidade. Por outro lado, para atividades que exigissem força muscular, a prioridade era masculina. As mulheres passaram a ser consideradas “naturalmente” mais adequadas para determinadas atividades:

*Nas áreas de expansão do trabalho qualificado e de colarinho branco, as mulheres eram vistas como empregadas adequadas por múltiplas razões. No ensino e na enfermagem considerava-se que as mulheres exprimiam a sua natureza carinhosa; a dactilografia era comparada a tocar piano; as tarefas de escritório ajustavam-se supostamente a sua natureza submissa, à sua capacidade para tolerar tarefas repetitivas e ao seu gosto pelo pormenor. Esses traços eram julgados “naturais”, ... (SCOTT, 1991, p. 462)*

Essas descrições, embora não consensuais, possibilitaram e, quiçá, ainda possibilitam a produção e a reprodução de trabalhos considerados femininos e outros considerados masculinos. Associadas a esse processo surgiram diferenças salariais que geraram profissões cujos rendimentos se diferenciavam de acordo com o sexo de quem as exercia.

A necessidade de legitimação social para essa situação trouxe justificativas como a de que as mulheres poderiam sobreviver com um salário menor do que o salário masculino, pois, supostamente, teriam ou “deveriam” ter quem as sustentasse (ALVES e PITANGUY, 1985).

Entidades representativas dos trabalhadores desse período, segundo Scott (1991), tencionavam mais a exclusão das mulheres de suas categorias profissionais do que a defesa dos direitos e salários femininos. Admitindo como dado que salários femininos eram inferiores aos masculinos, sindicalistas passaram a ver a mulher como uma ameaça aos empregos e aos salários dos homens. Da pauta de reivindicação da classe trabalhadora foram descartadas a especificidade da opressão da mulher no trabalho: suas menores chances de ingresso no mercado, salários inferiores aos masculinos, combate às situações de assédio sexual a que as mulheres eram submetidas tanto por patrões quanto por companheiros de trabalho.

Esse “retrato” da mulher trabalhadora do século XIX ganhou diferentes configurações em pontos subseqüentes da linha do tempo. Diversos processos contribuíram para essas alterações, entre eles o movimento feminista que conseguiu conquistar maiores espaços de participação da mulher na sociedade, particularmente no âmbito do trabalho, através de frentes de luta contra a hierarquização entre masculino/superior e feminino/inferior; a favor da igualdade salarial para funções iguais, igualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, de ascensão profissional e de oportunidades de aprimoramento profissional.

Bruschini (1994) lembra que outros fatores também contribuíram para o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, percebido até a década de 1970 como a necessidade econômica frente à deteriorização salarial que obrigou a busca de complementação salarial através do trabalho feminino ou uma maior expectativa de consumo frente à proliferação de novos produtos.

Essa “conquista” de espaço no mercado de trabalho não conseguiu superar a discriminação com o trabalho feminino. Segundo Bruschini (1994), as mulheres brasileiras continuam sendo discriminadas, encontram dificuldades para ocupar cargos de chefia e ganham menos que seus colegas homens. Para Segnini (1998), qualquer que seja a

ocupação, as mulheres permanecem recebendo salários menores que os masculinos. E, essa discriminação, segundo Bruschini (2000), não está relacionada a setor econômico, número de horas trabalhadas, posição ou vínculo de trabalho, ocupação desempenhada ou nível de escolaridade. Dessa forma, pode-se inferir que existe uma permanente continuidade das desigualdades salariais entre homens e mulheres. Numa avaliação de custo/benefício, a contratação feminina pode representar benefícios para uma empresa diminuindo seus custos (salariais), fator que também poderia justificar o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho.

A ampliação da participação feminina no mercado de trabalho culmina com uma taxa atual de aproximadamente 40% (SEGININI, 1998; BRUSCHINI, 2000), modificando o perfil da força de trabalho e a composição de gênero de diversas profissões. Para Bruschini (2000), esse gradativo crescimento está inserido num contexto de transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas que possibilitaram a liberação da mulher para o trabalho. A queda da taxa de fecundidade, alterações na identidade feminina e a expansão da sua escolaridade permitiram o acesso a novas oportunidades de trabalho. Embora as responsabilidades domésticas que, em grande medida permanece com a mulher, não constituam mais em fator impeditivo ao trabalho feminino, como ocorria na década de 1970, continuam sendo um fator interveniente que contribui para a determinação de uma posição secundária no mercado de trabalho.

Hirata (1998) lembra que a compreensão da divisão sexual do trabalho requer uma perspectiva de análise que inclua dimensões explicativas extraprofissionais, como é a questão da responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e a relação de poder entre os sexos na sociedade. A necessidade de conciliar trabalho doméstico e profissional afeta sobretudo as mulheres facilitando a concentração feminina em trabalhos que permitam que isso ocorra, como é o caso de empregos de tempo parcial ou trabalhos “precarizados”.

Em relação ao processo de inovação tecnológica e organizacional, ele pode resultar tanto em novas oportunidades de empregos refletindo positivamente para as mulheres quanto podem contribuir para reforçar a marginalização das mulheres sobretudo quando

se trata de trabalhadora não qualificada. Um indicador da permanência da reprodução da divisão sexual do trabalho pode ser a repercussão diferenciada para homens e mulheres frente às inovações tecnológicas do processo produtivo. Para Hirata (1994), a generalização dos resultados desse processo pode induzir a erros, pois diferenças relativas ao processo de qualificação de trabalhadores e trabalhadoras exemplificam esse fato: quando setores de empresa são afetados pela modernização, em geral, homens são reprofissionalizados, e as mulheres permanecem em formas atípicas de empregos nas quais se exigem qualidades de destreza e rapidez, muitas vezes acrescidas de outras (como capacidade de autocontrole, integração das exigências de qualidade, gestão dos estoques, regulagens e manutenções corretivas).

Embora espaços que exijam maior qualificação e escolaridade estejam sendo ocupados por mulheres, incorporando-as em atividades antes consideradas masculinas (HIRATA, 1998; BRUSCHINI, 2000), essa realidade não é homogênea para todas as trabalhadoras, indicando a ocorrência de um distanciamento entre as mulheres – qualificadas e não qualificadas, por exemplo. Nesse sentido, destaca-se a hipótese de Hirata (2002) acerca da tendência de diversificação das funções ocupadas pelas mulheres e da construção de uma situação de bipolarização na qual há um pólo constituído de profissionais qualificadas e bem remuneradas (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras universitárias, gerentes, etc.) e outro pólo formado por profissionais “não qualificadas” que ocupam empregos mal remunerados e não valorizados socialmente (trabalhadoras domésticas e do setor informal); processo que, embora revele um contorno diferenciado para a divisão sexual do trabalho, entretanto, não o elimina.

Nessa permanente construção de atividades femininas e masculinas, a educação, particularmente a escolar, desempenha um papel relevante, seja para transformar papéis sociais de gênero, seja para mantê-los.

## **A escola e a divisão sexual do trabalho**

A escola sempre foi um ambiente no qual diferenças entre os indivíduos foram produzidas e reproduzidas:

discriminação do ensino não se acabava por aí, pois esse modelo não se aplicava às crianças negras ou indígenas, tampouco às meninas brancas e pobres. Diferenças educacionais relacionadas à classe social eram claramente percebidas, pois meninas pobres, desde pequenas, priorizavam o trabalho doméstico, o cuidado de irmãos menores e o trabalho na roça em detrimento da educação escolar, priorizada apenas pelas meninas de famílias com maiores posses (LOURO, 1997).

Com a abolição legal da escravidão e o crescente processo de industrialização brasileiro, complementa Louro (1997), concepções educacionais sofreram alterações procurando se adaptar a uma “nova” realidade do país. Havia necessidade de formação de trabalhadores e, para isso, da manutenção de uma família saudável e de um lar afastado de distúrbios externos – papel destinado às mulheres e que subentendia a presença feminina no ambiente doméstico. Assim, na educação feminina passou a predominar a moral religiosa que apresentava como ideal feminino o recato, a perfeição moral, a aceitação de sacrifícios e a ação educadora de filhos e filhas. Discursos apontavam que a mulher brasileira deveria ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, primeira educadora dos filhos, confidente e conselheira do marido, reguladora da economia da casa e executora dos demais deveres relacionados a essas tarefas. O casamento e a maternidade eram vistos como a verdadeira vocação de uma mulher. Para que as atividades profissionais fora de casa não representassem risco às suas “verdadeiras” funções sociais, as profissões femininas restringiram-se àquelas associadas ao cuidado, sensibilidade, amor, vigilância, dedicação, disponibilidade, humildade e sacrifício. O magistério e a enfermagem são exemplos dessas profissões.

A realidade atual é diversa dessa descrita anteriormente. Entretanto, questiona-se em que medida essa construção poderia ainda influenciar a escolha profissional feminina. Alguma dessas representações femininas conseguiram ultrapassar a barreira do tempo e com novas “roupagens” permanecem sendo reproduzidas e influenciando a escolha de carreiras, cursos e as trajetórias profissionais de homens e mulheres.

Para Rosemberg (1994), a escolha feminina por determinadas carreiras, reflete sabedoria de conciliação ou senso de realidade.

*Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seu início, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para ricos e pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 1997, p. 57).*

Pela educação é possível construir homens e mulheres “adequados” ao seu tempo e a sua sociedade. Essa construção envolve a produção e reprodução de estereótipos e de papéis sociais diferenciados para o feminino e o masculino.

A educação brasileira sempre foi marcada por diferenças de gênero, embora não tenha se restringido a elas, pois a classe social, a raça, a etnia ou mesmo o fato de morar em uma área urbana ou rural foram fatores que contribuíram para gerar distinções no processo educativo.

Na década de 1820, leis estabeleceram que nas localidades mais populosas do Império fossem estabelecidas “escolas de primeiras letras”, entretanto, surgiram poucas escolas e grande parte dessas destinadas à educação de meninos. Essas escolas mantinham professoras para as classes femininas e professores para as masculinas. Homens e mulheres aprendiam a ler, escrever, contar, efetuar as quatro operações e a doutrina cristã. A partir daí, aos meninos ensinava-se a geometria e às meninas, o bordado e a costura. Essa diferença curricular teve como consequência a diferenciação do trabalho docente feminino e masculino, representando uma desvalorização do trabalho de uma professora em relação ao trabalho de um professor, pois ensinar geometria aos meninos implicava um acréscimo salarial a que as mulheres não tinham acesso. A

Considerando a condição global da mulher na sociedade, elas optam por cursos mais flexíveis e que por sua generalidade permitam alternativas profissionais ou possibilitem ampliação da cultura geral buscando armazenar conhecimentos que serão usados no trabalho profissional ou como “ferramenta” doméstica de mãe, esposa ou pessoa não-profissional. Essa escolha pode ser influenciada pela necessidade de conciliar projeto profissional com projeto afetivo de construção de família, que tendem a ser mais compatíveis para mulheres que trabalham em áreas tradicionalmente femininas.

As mulheres tendem a se concentrar em determinadas áreas, seja essa a justificativa ou não. Sobre a preferência feminina por determinados cursos, o Relatório de Desenvolvimento Humano (1996) apresenta que as mulheres têm-se encaminhado preferencialmente para as áreas de Ciências Humanas e Saúde. Enquanto um curso normal possuía 96% de meninas, os cursos técnico-industriais, apenas 20%. Embora no ensino superior as mulheres ultrapassem em número os homens, continuam concentradas em cursos que as tornarão professoras, pediatras ou ginecologistas. Essa “escolha” tem implicações, que podem ser exemplificadas: as mulheres representam apenas 17% dos membros dos comitês assessores da política de ciência e tecnologia; publicam 32% dos artigos científicos em revistas nacionais e 27% nas internacionais; se no ensino superior as mulheres representavam mais de 50% do corpo discente, nos cursos de mestrado esse índice diminui para 37% e nos cursos de doutorado para 34%.

Indícios da igualdade entre homens e mulheres começam a emergir de dados que apresentam que “no final da década de 1980 encontramos 52,9% de mulheres entre os estudantes universitários brasileiros” (ROSEMBERG, 1994). Entretanto há de se ter cuidado ao analisar essa realidade educacional feminina. Os números ajudam a perceber mudanças no sentido de uma construção de igualdade de gênero; a exatidão matemática, no entanto, não consegue revelar mecanismos de discriminação que podem estar ocultados nos dados. Uma maior presença feminina pode, por exemplo, não significar igualdade de oportunidade no momento de ocupação dos melhores postos de trabalho ou uma maior produção científica. A análise dessa

questão deve envolver fatores que transcendem a “simples” formação acadêmica, dos quais se pode destacar: as condições objetivas da vida das mulheres, o processo feminino de socialização, a construção de sua identidade, a manutenção de imagens e representações sociais do feminino e a segregação existente no mercado de trabalho.

Essa perspectiva de análise deve considerar que as mulheres entraram no campo do saber e do trabalho com uma relativa distância da posição masculina, distância que parece diminuir, mas não o suficiente para que tenha sido eliminada.

## **A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NUMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

Um “novo” modelo de acumulação capitalista propagado a partir da década de 1970 destacam a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos que se constituem em condição sine qua non tanto para o processo de globalização da economia quanto para o processo de reestruturação produtiva. Não obstante, o discurso acerca da relevância desses saberes para o mundo do trabalho permanece coexistindo com estereótipos que atribuem incompetência feminina para essas áreas.

Para identificar a razão da construção da “incompetência” das mulheres para a tecnologia, segundo Rapkiewicz (1998), não faltou quem atribuísse a “culpa” desse problema às próprias mulheres, pois elas seriam inferiores biologicamente, ou seja, suas características não permitiriam que se desenvolvessem nesse campo. Descartando explicações “naturais” e lembrando que estereótipos como o de inaptidão tecnológica feminina são construídos socialmente pelo condicionamento do papel de homens e mulheres e cuja produção e reprodução ocorre em cada um dos momentos de socialização dos indivíduos; focando o papel que eles possuem, destaca-se o fato de que tais estereótipos acabam por influenciar as escolhas femininas relativas a cursos que frequentaram e contribuindo para segregar as mulheres em atividades profissionais que prescindam de tais conhecimentos.

Segundo PESQUISA DIEESE (1997), a escolha, o acesso e a carreira profissional estão diretamente vinculados a uma formação cultural e social que é anterior ao ingresso no mercado de trabalho. Essa formação, iniciada com a educação das crianças, influencia comportamentos, desenvolve habilidades e sinaliza possibilidades desde a infância, levando muitas vezes a pensar que o manuseio de máquinas e o domínio da tecnologia são habilidades masculinas, enquanto que as tarefas manuais, de cuidado e conservação são femininas.

Essas representações tanto se fazem presentes no ambiente escolar quanto no ambiente de trabalho e particularmente em ambientes de educação para o trabalho. Num contexto em que a tecnologia assume importância, existe ampliação nos índices de desemprego e há um alargamento nas exigências no processo de seleção para um emprego, a qualificação profissional tem se apresentado como uma saída para a obtenção de um posto de trabalho ou para a manutenção em um emprego.

Se a modernização traz implicações diversas para a condição dos(as) trabalhadores(as): transferência de atividades insalubres, perigosas e pesadas para a máquina, intensificação do trabalho, aumento do desemprego; alteração do conteúdo e ritmo do trabalho, mudanças do perfil de gênero de determinadas profissões, criação de novos postos de trabalho, alterações nos já existentes ou mesmo extinção de outros. Essas mudanças também implicarão modificações no processo educativo, particularmente na formação profissional. Entretanto, Hirata (1998) ressalta o fato de que esses impactos sobre a formação profissional não têm a mesma extensão ou significação, tampouco o mesmo alcance quando se considera do ponto de vista dos homens e das mulheres.

Na busca de desvelar um pouco do processo de formação profissional de homens e mulheres e possíveis articulações da tecnologia com a divisão sexual do trabalho apresentam-se a seguir dados parciais da pesquisa realizada com discentes de uma instituição de educação tecnológica. Essa instituição, historicamente, destinou-se principalmente à formação de homens e menos a de mulheres; atualmente possui a maior concentração masculina (em cursos técnicos de nível médio) no Curso de Mecânica – aproximadamente 94% - e a maior concentração

feminina no Curso de Desenho Industrial – aproximadamente 65%<sup>2</sup>. Através de entrevistas com alunos e alunas desses dois cursos procuraram-se explicações para um número tão reduzido de mulheres que buscam o Curso de Mecânica, assim como a causa do número elevado de mulheres no Curso de Desenho Industrial<sup>3</sup>.

De acordo com os(as) entrevistados(as), as representações femininas coincidem com as representações que esses(as) alunos(as) têm sobre o Curso de Desenho Industrial e as masculinas, com as representações do Curso de Mecânica. Da mesma forma que características “femininas”, segundo padrões tradicionais, devem estar presentes nas mulheres e ausentes num homem, as características como paciência, sensibilidade, capricho, delicadeza devem fazer parte das atividades de Desenho Industrial, mas não das atividades de Mecânica:

Para mim, a idéia que a gente tem de Desenho Industrial é que é uma coisa que tem que ser feita com calma, paciência e capricho. De repente, você faz um negócio todo borrado, você mostra para um cliente, o que é isso? Geralmente os meninos não tem paciência de fazer coisas mais delicadas. Não que eles não tenham paciência, eu acredito na formação de estrutura familiar e social. Os meninos têm que ser mais relaxado e o que é mais ajeitadinho, é isso ou aquilo. (Dalila<sup>4</sup>, DI<sup>5</sup>)

Bom, eu acho que para o curso de Mecânica, você não pode ter nojo, você não pode ser uma pessoa sensível, não pode ter medo de estragar a unha, digamos assim. (José, M<sup>6</sup>)

---

<sup>2</sup> Esses percentuais referem-se ao ano de 1999.

<sup>3</sup> Desenho Industrial é o único curso técnico de nível médio mantido pela Instituição no qual a participação feminina supera a participação masculina (dados referentes ao período de 1985 a 1999) (STANCKI, 1999).

<sup>4</sup> Para preservar o anonimato dos(as) entrevistados(as), os nomes que aparecem nos depoimentos são fictícios.

<sup>5</sup> DI= Curso Técnico em Desenho Industrial

<sup>6</sup> M= Curso Técnico em Mecânica

A área de Desenho Industrial foi associada à beleza, delicadeza, sensibilidade, criatividade, enfim ao artístico: “a área de programação visual mexe mais com a área artística e a mulher, não sei se é ou se acham que ela é mais para esse lado” (Rute, DI), associando-a ao feminino. Já a área de Mecânica foi associada à força física e ao ambiente “grosseiro”, não adequado às mulheres: “tem muita poeira e muita sujeira e você faz força para trabalhar” (Josias, M), associando-a dessa forma ao masculino.

A suposta presença de sensibilidade, paciência e capricho nas mulheres pode ser um dos fatores que contribui para encaminhá-las para a área de Desenho Industrial, pois são características consideradas necessárias ao bom desempenho das atividades. Porém, essas mesmas características podem ocasionar o afastamento das mulheres do Curso Técnico em Mecânica, pois essa área necessitaria de pessoas detentoras de força física, característica que aparece como masculina e de difícil conciliação com uma suposta sensibilidade e fragilidade das mulheres:

*Quando eu fazia manutenção, eu carregava sistemas hidráulicos pesadíssimos, coisa que mulher não vai fazer, não tem como fazer, ... (José, M)*

No entanto, entre as imagens que esses(as) alunos(as) têm das atividades de um Técnico em Mecânica e as atividades reais a serem desenvolvidas enquanto profissionais, existe um elemento intermediário: o preconceito contra a mulher:

*Tem preconceito na área que mulher é mais frágil com máquina pesada. (Elias, M)*

Esse relato sugere que a associação de Mecânica com serviço pesado possa ser uma representação da área que não corresponde à realidade. Dessa forma, a exigência da força física, pode não ser uma necessidade real da atividade desenvolvida, mas apenas estar associada a uma imagem construída. A força física poderia ser uma exigência, caso o trabalho fizesse uso de tecnologia rudimentar que, concretamente, não é o caso, pois uma atividade que demanda formação de técnico de nível

médio e conta com o auxílio da tecnologia no seu desenvolvimento não pode ter como premissa inicial a utilização de força física. Caso essa premissa fosse verdadeira, os testes de ingresso na escola deveriam ser alterados, trocando-se avaliações cognitivas por testes de habilidade física.

Uma relativa incapacidade para levantar peso não deveria ser impeditivo para que uma pessoa pudesse exercer uma atividade técnica de nível médio. Nessa perspectiva, Rosa (M) contesta a idéia de que na área de Mecânica é imprescindível o uso da força física:

*Pelas máquinas que serão usadas, não precisa ser homem para fazer. [...] Acho que, no começo, Mecânica era só força física, mas depois veio a tecnologia e não precisa disso. [...] Quem se forma Técnico em Mecânica [...] não vai fazer força. Eu acho que um pouco é preconceito. (Rosa, M)*

Considerando que o uso da tecnologia pode contribuir para dispensar o uso da força física em muitas atividades, Débora (M) concorda com Rosa, argumentando da seguinte forma:

*Com o controle numérico computadorizado, são tornos e fresadores que você faz um código, um programa e ele executa o trabalho, você não faz esforço, talvez para pôr a peça bruta lá. [...] não sei qual seria a diferença, seria um pouco de preconceito. (Débora, M).*

Outra contestação sobre a necessidade da força física para a área de Mecânica foi feita por Abigail (M):

*Na área de manutenção é um pesado que pode ser feito por mulher também. Não é um pesado exagerado, porque nem homem é cavalo para exercer força assim. Eu descarto essa hipótese do pesado, não chega tanto. [...] a questão do pesado não convence não. Depende muito. As máquinas hoje são muito atualizadas, mais se trabalha com o CNC - comando numérico. Então eu não sei, pode ter sido antes, hoje não tem por quê. (Abigail, M)*

Esse relato apresenta elementos relevantes como o fato de que o uso da força física, de forma exagerada, não é próprio para o ser humano, seja ele homem ou mulher; a imagem “masculina” construída a partir da necessidade de força física enquanto um elemento imprescindível para o desenvolvimento de suas atividades não foi alterada após a inserção da tecnologia nessa área.

Embora existam elementos que possibilitem a alteração dessa imagem masculina da Mecânica, a curto prazo, isso não se apresenta como uma tendência, a considerar o baixo número de mulheres que freqüentam o curso (aproximadamente 6%) e a preferência pelo sexo masculino no momento de contratação nesse setor (STANCKI, 2000). Ao substituir o uso da força bruta pelo uso de equipamentos computadorizados, a Mecânica necessariamente não abre espaços para que a mulher atue na área, pois a ciência e a tecnologia, continua sendo considerada de domínio masculino (RAPKIEWICZ, 1998). As argumentações acerca da ausência feminina no curso de Mecânica podem abandonar a questão da força física e justificá-la como uma fuga das ciências, em particular da Matemática que afastaria as mulheres de campos como a engenharia:

Pelo fato das mulheres serem mais sensíveis e, também, quererem uma coisa assim não tão calculada, não uma coisa que envolve muito cálculo, muita Matemática, as mulheres procuram uma coisa que mexe mais com o interior da pessoa, com o lado criativo. (José, M).

Aqui na escola, eu acho que Desenho Industrial é o curso mais legal . Não tem muito cálculo, é mais você criar os negócios, observação, é boa a área. (Ester, DI).

A área de engenharia em si, é mais para homens.  
(Sara, M).

Esses relatos evidenciam uma separação entre a ciência (Matemática), considerada um campo masculino, e a creativi-

dade/sensibilidade associada ao campo feminino. Estar em um campo pode significar a fuga do outro e, assim, espaços diferenciados de atuação para homens e mulheres acabam sendo demarcados.

É recorrente a “naturalização” das tendências masculinas e femininas para determinadas áreas, atribuindo esse fato à presença de características próprias de cada sexo entretanto, reforça-se que é no processo educativo, particularmente na forma diferenciada de educar homens e mulheres, que ocorre a definição de papéis diferenciados de gênero na sociedade e que condicionam opções profissionais. Os modelos sociais de masculino e feminino transmitidos pela educação influenciam escolhas masculinas e femininas, particularmente as profissionais. Os brinquedos ofertados para as meninas e para os meninos, via de regra são diferentes e essa diferença desempenha um papel importante na “naturalização” de diferentes futuros papéis sociais. Desde a infância, as brincadeiras e os jogos masculinos trabalham com a independência, a resolução de problemas, a experimentação e a construção, enquanto que as femininas são mais associadas à interação social. Desde pequenos os meninos desenvolvem uma base para a aprendizagem científica, através de contato e brincadeiras com objetos tecnológicos (RAPKIEWICZ, 1998).

Uma imagem masculina de racionalidade, de domínio das técnicas e da tecnologia associada a constantes incentivos ao uso da tecnologia - jogos eletrônicos, por exemplo – contribuem para que os meninos pareçam ficar mais à vontade com as inovações tecnológicas do que as mulheres. Nenhum rapaz entrevistado relatou dificuldades em relação ao uso do computador, no entanto, perceberam esse problema em relação às suas colegas:

No semestre passado a gente começou com a parte de informática, os meninos sabiam tudo, sabiam mexer, embora, não soubessem os programas específicos. Mas as mulheres, sempre tinha umas duas que nunca tinham mexido no computador. Era uma dificuldade. Eu, às vezes, sentava ao lado delas e ficava um pouco. Perdia um pouco a paciência. (Davi, DI).

Algumas mulheres admitem a sua pouca familiaridade com o computador:

*O que poderia me fazer falta é informática e Inglês. Até há pouco tempo atrás morria de medo do computador, mas no estágio eu usei bastante o computador, agora eu estou me acostumando. (Rosa, M).*

Se por um lado, a inserção da tecnologia no ambiente de trabalho pode ser o momento de superar a divisão sexual do trabalho, facilitando o acesso de homens a atividades antes consideradas “femininas”, por outro lado, não se evidencia claramente que a tecnologia esteja facilitando o acesso da mulher em áreas profissionais “masculinas”. Na Mecânica, embora, o uso da tecnologia seja uma constante, isso não alterou sua imagem masculina tampouco estimulou a presença feminina que permanece com baixa participação. Já no Desenho Industrial, a tecnologia parece contribuir para alterar o perfil de gênero da profissão, pois o uso do computador e a exigência de um trabalho mais “técnico” podem ter sido fatores facilitadores para a inserção masculina numa área onde a mulher tinha predominância:

Eu acho que os meninos que fazem Desenho Industrial são mais técnicos, eles puxam mais para a técnica. Na área criativa, acho que as meninas têm mais facilidade. (Samuel, DI).

Os benefícios da tecnologia no ambiente de trabalho estariam beneficiando mais os homens do que as mulheres, conforme os dados apontam nessa pesquisa? Wajcman (1998) trata essa questão a partir da perspectiva de poder entre homens e mulheres afirmando que o poder masculino frequentemente impede que a mudança tecnológica e as oportunidades de alteração da divisão sexual do trabalho em benefício da mulher torne-se possível.

## A REPRODUÇÃO PERMANENTE DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A divisão sexual do trabalho, conforme relatos, continua sendo reproduzida no interior da instituição pesquisada, inclusive através de mecanismos de discriminação:

Eu já vi muita amiga minha reclamar de professores que chegam a esnoabar, porque Mecânica não é para mulher, vocês estão no curso errado. (José, M).

Os colegas de curso também não vêm com naturalidade a presença da mulher nessa área:

Os homens vêm diferente as mulheres que fazem Mecânica. Logo que a gente entrou, eram 40 homens e três mulheres, daí uns que eram meio machistas não falavam muito conosco, só que depois foi passando, acho que com a convivência melhora. (Débora, M).

Uma separação em atividades “próprias” para cada um dos gêneros não ocorre de forma linear, pois existem mulheres que vão para cursos e profissões “masculinas”, assim como homens que optam por cursos e atividades profissionais “femininas”. Isso, no entanto, pode não significar avanços no sentido de superar a divisão sexual do trabalho, mas sim representar uma “nova” divisão sexual do trabalho construída no interior de cada área.

Se o artístico é considerado feminino e a tecnologia masculina, então, a presença de homens e mulheres no Desenho Industrial pode ocasionar uma divisão de atividades no interior da própria área. Os homens, ao freqüentarem um curso que exige criatividade (atributo feminino), como o curso de Desenho Industrial, encaminham-se para atividades mais técnicas:

*Eu vejo, pelo menos na minha turma, os homens são voltados para o desenho do produto que é mais técnico e as mulheres são mais voltadas para a programação visual que é mais artístico mesmo sabe, aquela parte de embalagens. (Jonas, DI)*

A área de Mecânica, a partir de uma pequena participação feminina, pode também construir uma divisão sexual de suas atividades. Construção que continua levando em consideração atributos femininos, bem como a dificuldade de se impor em funções cuja predominância numérica é masculina:

*A mulher se dá melhor em projetos, porque é mais caprichosa. O projeto da mulher é feito com mais calma, ela não fica nervosa, ela faz um projeto caprichado. Ela não se dá bem na área de manutenção. Normalmente, ela fica um pouco, digamos assim, um pouco acanhada, porque nessa área só tem homens, e isso é um ponto negativo, é meu modo de pensar, porque é só homens. (Josias, M)*

Na tentativa de justificar essa divisão, grande parte das pessoas retorna ao papel que a educação e as brincadeiras desempenham na formação de características “masculinas” e “femininas”:

As mulheres, geralmente, são desde o berço treinadas para o trabalho mais delicado. (Davi, DI)

Bom, nós homens desde pequenos, sei lá, ao pegar um brinquedo, ao desmontar um brinquedo, a gente analisa as coisas que uma mulher dificilmente analisa, de ver lá um sistema de rodas dentadas, de um brinquedinho de fricção, são coisas que a mulher já não vê, então o homem já tem uma certa afinidade que vem desde a infância, então chega no curso, digamos assim, no geral, por ter mais homens, mas o homem tem uma visão mais ampla do que está acontecendo, qual o problema que está tendo no circuito, no mecanismo, quais são as saídas, eu acho que a gente tem mais facilidade para ver isso, a mulher já não tem tanta facilidade. (José, M)

A justificativa para uma separação entre atividades masculinas e femininas no interior de cada área ocorreu por motivos semelhantes aos que justificaram uma maior presença feminina no curso de Desenho Industrial e uma maior presença masculina em Mecânica: o domínio da tecnologia e da ciência, assim como uma maior força física levariam homens para funções “masculinas”, seja no Desenho Industrial ou na Mecânica; a paciência, o capricho e a delicadeza aproximariam as mulheres de funções “femininas” em ambas as áreas.

Uma mulher que se insere numa área considerada masculina ou um homem que se insere numa área considerada feminina não deixam de ser vistos com as características “próprias” de seu gênero e são levados(as) no interior de cada área seja por opção, condicionamento ou falta de opção a atividades que por sua vez reproduzem a divisão sexual do trabalho.

A visão de masculino e feminino, no entanto, pode apresentar diferenças quando se trata de áreas distintas. O técnico em Desenho Industrial é associado com atividades que fazem uso da informática - mais “técnicas”- e, a técnica em Desenho Industrial é associada ao artístico, ou seja, ao desenho a-mão-livre. Já para a área de Mecânica, os homens associam-se aos trabalhos que são considerados pesados, enquanto que as mulheres ao assumirem trabalhos “leves” (qualidade e projetos, por exemplo) passam a ser associadas a atividades desenvolvidas com o uso do computador e que demandam cálculo:

A mulher, normalmente, pega a função de projetista e controle de qualidade e os homens pegam mais manutenção, soldagem, mecânica de precisão, mais manutenção mesmo. Projetista é mulher, porque o problema é que projetos ninguém quer; é muito ruim, é só cálculo. Executar o projeto, é mais fácil que você elaborar. Então é por isso que normalmente se escolhe a área de manutenção. O cara que trabalha com projetos, além de ficar na frente do computador, que hoje é só computador, você tem que calcular tudo e qualquer erro virá em cima do projetista. Eu abomino projetos, a maioria dos técnicos caem tudo fora. A mulher se dá melhor com projetos, porque é mais caprichosa. (Josias, M)

*As mulheres em Desenho Industrial podem ter maiores dificuldades de arrumar um emprego. Pode ser porque no nosso curso, vários estágios se lida com computador. Eu acho que aqueles que idealizam, os que vão dar a vaga, acham que os meninos devem aprender, pois gostam de videogame e devem ter mais facilidade, já que é basicamente por causa do computador. Raramente os empregos pedem desenho a mão livre. Tem nas ofertas de estágio, alguma coisa de projeto, mas quando você vai fazer projeto, você desenha um esboço, mas sempre você vai para o computador. (Samuel, DI)*

*Os homens são mais voltados para desenho do produto que é mais técnico e, as mulheres são mais voltadas para programação visual que é mais artístico, aquela parte de embalagens. (Jonas, DI)*

A tecnologia, embora não apresente comportamento linear, pode ser um fator que contribui para configurar o perfil de gênero tanto de uma atividade profissional quanto de funções de uma determinada profissão. Além disso, ela pode constituir-se ainda num elemento que dificulta o ingresso de uma pessoa numa profissão. Ao tratar das dificuldades no mercado de trabalho, considerou-se que “arrumar um emprego” pode ser a maior delas e essa dificuldade poderia ser maior para as mulheres, devido às atuais exigências sobre informática e a associação desse campo como um domínio masculino:

*Acho que as mulheres só têm prejuízo na minha área. Quando a gente vai procurar estágio, se credenciar no centro de estágio perto do CREA, lá de todas as fichas de edital que a gente vê, a maioria tem exigência masculina. Raramente é masculino e feminino. Normalmente quando a gente vê que é masculino e feminino, é porque não se trata de mexer com computador e equipamentos. Se trata de projetos ou vendas. (Samuel, DI)*

A exigência de informática ou de força física para o desenvolvimento de algumas atividades podem funcionar como restrições para que a mulher atue em determinados setores, assim como exigências tais como paciência e delicadeza podem restringir a atuação masculina. A preferência pelo masculino ou feminino, embora nem sempre apareçam de forma explícita, podem ser constantes, corroborando com Todaro e Abramo (1998) que apresentam que as imagens de gênero condicionam, de forma significativa, as oportunidades e as formas de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. A imagem de uma menor habilidade feminina para desenvolver atividades com o computador, por exemplo, pode se fazer presente no momento de contratação, influenciando a escolha de um homem e não de uma mulher caso o emprego demande o uso da informática.

Um aspecto interessante a ser considerado é que nenhum rapaz de Desenho Industrial levantou qualquer possibilidade de que o sexo feminino tivesse qualquer vantagem nessa área cuja predominância numérica é feminina. Ao contrário, consideraram que, apesar de serem escolhidos apenas para as atividades “mais técnicas”, isso não representa problema para eles, pois a informática cada vez mais torna-se ferramenta necessária à área, tornando-a mais “técnica”. A preferência feminina para determinadas atividades parece não incomodar os homens que vêem seu espaço de atuação já garantido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo indica que a divisão sexual do trabalho permanece arraigada em nossa sociedade e continua separando homens e mulheres em tarefas consideradas apropriadas para um ou outro sexo e tem como um de seus reflexos a existência de cursos “masculinos” e cursos “femininos” no ambiente escolar.

Em relação ao que foi percebido como atividade feminina e masculina no contexto pesquisado, as imagens apresentadas nas entrevistas revelam que permanece uma divisão clara entre elas. Os critérios dessa divisão baseiam-se nas características aceitas socialmente como femininas e masculinas. Dessa forma, atividades que

demandem destreza manual, precisão, paciência e organização permanecem vistas como femininas e as tarefas que exigem força física e habilidade de raciocínio são vistas como masculinas.

Essa divisão poderia representar vantagem feminina em algumas áreas de trabalho, entretanto também pode ser transformada em fator de discriminação às mulheres, pois as características femininas, se comparadas a partir de parâmetros masculinos, podem gerar prejuízos no que se refere à valorização do trabalho feminino.

A escola tem contribuído e de forma eficaz na reprodução da divisão sexual do trabalho, pois seu corpo discente, após quatro anos de frequência escolar, conclui um curso técnico de nível médio reproduzindo e justificando a divisão sexual de trabalho. Seu discurso, de certa forma, naturaliza as diferenças social e culturalmente criadas, constituindo-se num indício de que a escola pode estar cumprindo o papel de reprodutora e não de transformadora da realidade.

Considerando que a ciência e a tecnologia foram construídas como domínios masculinos, idéia mantida com a contribuição de estereótipos de inaptidão feminina para essas áreas, pode-se ter como consequência provável a concepção da educação técnico-profissional como um espaço de formação masculina. A Instituição pesquisada corrobora essa conjectura, pois, se na sua origem destinava-se à formação masculina, ainda hoje permanece com corpos discente e docente predominantemente masculinos (STANCKI, 2000).

Embora a pesquisa não tivesse a preocupação de verificar a realidade de trabalho dos profissionais das áreas de Desenho Industrial e Mecânica, preocupando-se apenas com a percepção de discentes que estão na iminência de entrar no mercado de trabalho, ou seja, com as concepções de gênero que estarão levando para suas profissões, considera-se relevante refletir sobre a indicação de que a tecnologia no processo produtivo não amplia significativamente o espaço de atuação feminina, inclusive podendo restringir (facilitando a inserção masculina em áreas "femininas"). Relatos sobre a área de Desenho Industrial apontam para um ganho de espaço dos trabalhadores masculinos a partir dos processos de informatização e relatos da área de Mecânica apresentam que, não obstante às mudanças tecnológicas, a área permanece sendo percebida como masculina. Essa questão, quando

estudada por Abramo (1994), revelou que inovação tecnológica e modernização empresarial não reduzem de forma significativa a segregação vertical e horizontal de gênero<sup>7</sup>; corroborando com a percepção dos(as) entrevistados(as).

O desenvolvimento de estudos sobre tecnologia e mudanças na divisão sexual do trabalho podem ser reveladores. A tendência de masculinização de uma área a partir dos processos de informatização (Desenho Industrial, por exemplo) não é uniforme pois, segundo Rapkiewicz (1998), a informática tem contribuído para a feminização de áreas como a engenharia. Desvelar as diferenças entre essas atividades e analisar as razões pelas quais essas diferenças existem, bem como suas implicações para a valorização de cada uma das profissões merecem atenção e estudo.

Mudanças e permanências parecem constantes nas relações de gênero, entretanto questões de permanência como a pequena participação feminina num determinado curso técnico ou relatos que apresentam que “engenharia é coisa de homem” ou que “as mulheres procuram fugir da Matemática” devem ser questionados, principalmente por fazerem parte de um universo (Instituição de Educação Tecnológica) que deveria ser capaz de inovar, criar, reconstruir e inventar o “novo”, sem destruir o que de bom existe no “velho”. Mudanças nos padrões de gênero poderiam ser facilitadas num processo que passasse a aceitar com maior naturalidade o fato de alunas e alunos serem inovadores ao escolher cursos e áreas de atuação profissional que, há décadas, seria inconcebível ao seu sexo.

Continua constituindo-se num desafio tornar a tecnologia acessível a toda a humanidade deixando de ser instrumento de poder para determinada classe social, determinado gênero, determinada raça, ... Se a tecnologia até o momento não se apresentou decisiva para a superação da divisão sexual do trabalho e permanece colaborando para o acirramento das assimetrias entre homens e mulheres, parecem urgir reflexões sobre essa questão. Entretanto é sempre conveniente primeiro perguntar se a tecnologia desenvolvida com propósitos de ampliação da

---

<sup>7</sup> Para Posthuma (1998) a segregação horizontal relaciona-se à segregação ocupacional, setorial ou em determinados grupos de ocupações, enquanto que a segregação vertical refere-se às pequenas chances que a mulher tem em ascender profissionalmente, assumindo maiores responsabilidades, qualificações especializadas e, conseqüentemente, tendo melhorias salariais.

produtividade e lucros numa sociedade capitalista pode ser colocada a serviço do desenvolvimento humano e ser transformada num instrumento de superação de desigualdades e discriminações.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- \_\_\_\_\_. Inovações tecnológicas e segmentação por gênero no mercado de trabalho. In: GITAHY, Leda (org.). **Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina**. Campinas - IG/Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B.; VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95) In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: 34, 2000. p. 13-58.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETI, Celso João [et al.] (orgs.). **Tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: **Revista Latino-americana de estudos do trabalho: Gênero, tecnologia e trabalho**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, ano 4, nº 7, 1998.
- \_\_\_\_\_. Reorganização da Produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In BRUSCHINI, Cristina e UNDEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC. 34, 2002.

- LOURO, Guacira. A escola e a produção das diferenças sexuais e de gênero. In: **Cadernos de educação: Gênero e educação**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, ano 3, nº 10, dezembro/1998.
- \_\_\_\_\_. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. In **Educação e Realidade: Gênero e Educação**. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez 1995.
- \_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Mulheres na Sala de Aula. In PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. Mulheres em sala de aula. In: PRIORI, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- PESQUISA DIEESE. **Equidade de gênero nas negociações coletivas**: cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil. São Paulo, nº 13, nov/1997.
- PHOSTHUMA, Anne Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- RAPKIEWICZ, Clevis Elena. Informática: domínio masculino? In: **Cadernos Pagu: Gênero, tecnologia e ciência**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, nº 10, 1998.
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, **Ipea**. Disponível no site [www.undp.org.br/rdhb3-1.htm](http://www.undp.org.br/rdhb3-1.htm), 1996.
- ROCHA, Cristina Tavares da Costa e CARVALHO, Marília Gomes. **As Relações de gênero e as dificuldades no uso dos sistemas de informação**. 2001, mimeo.
- ROSEMBERG, Fulvia. A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B.; VARGAS, Monica Muñoz (orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente: O Século XIX - volume 4**. Porto: Afrontamento, 1991.
- SEGNINI, Lilians Rolfesen Petrilli. **Educação, trabalho e desenvolvimento**: uma complexa relação. Trabalho apresentado no I workshop do projeto de pesquisa "Conceitos empregados na educação profissional". Belo Horizonte: - NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - UFMG, 1998.

- SILVA, Lorena Holzmann. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STANCKI, Nanci. **Gênero e trabalho feminino**: estudo sobre as representações de alunos(as) dos cursos técnicos em Desenho Industrial e em Mecânica do CEFET-PR. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 2000.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. **O pulo do sapo**: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares. Curitiba: Expoente, 2000.
- TODARO, Rosalba; ABRAMO, Laís. Género y trabajo en las decisiones empresariales. In: **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**: Gênero, tecnologia e trabalho. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, ano 4, nº 7, 1998.
- WAJCMAN, Judy. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero. In: **Cadernos Pagu**: Gênero, tecnologia e ciência. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, nº 10, 1998.